

Questões Comentadas

E aqui estamos nós de novo! Pois bem, a essa altura, você já deve ter reparado que o CESPE pesou a mão nesta prova (ao menos em ARM). Tivemos de tudo: temas ressuscitados dos mortos, forte apelo a temas de Contabilidade, Contabilidade Pública e mesmo Administração da Produção e exploração de manuais de órgãos governamentais. Sim, o CESPE podia fazer tudo isto, a questão é que nunca fez, até agora :P.

Contudo, mesmo surpreendendo em alguns aspectos, conseguimos cobrir boa parte das questões literalmente, e outras ainda poderiam ser resolvidas com conceitos vistos no curso.

Vamos ver o que ocorreu neste último domingo :P. Não vi possibilidade de recursos aqui, contudo, ainda falta descobrir no que o examinador estava pensando na questão 117. Pode deixar que eu ainda estou mastigando a respeito de qual diploma legal nosso CESPE estava falando.

CESPE – 2013 – BACEN No que se refere à administração de materiais, julgue os itens a seguir.

101. Qualidade do material, quantidade necessária, prazo de entrega, preço e condições de pagamento são pré-requisitos da administração de materiais para abastecer, continuamente, determinada empresa com material necessário para suas atividades.

Comentário: E abrimos nossa parte da prova com o fundamento de toda nossa disciplina. Não há Administração de Recursos Materiais se não estivermos pensando nas variantes apontadas pela banca.

No presente caso, o tio foi bem específico quando falou dos objetivos do setor de compras, os quais refletem justamente a busca pelos pré-requisitos acima apontados:

- Os objetivos de um setor de compras de uma empresa: **manter a produção abastecida** com os **materiais necessários**; obter a **quantidade de materiais necessários** e com **baixos preços**; **prezar pela qualidade do material que será adquirido**; enfim, buscar as melhores condições possíveis para a empresa.

Mudaram as palavras, a ideia retratada permanece a mesma. Alguns alunos tiveram dúvidas no que dizia respeito às “condições de pagamento”. Contudo, este fator também deve ser entendido como pré-requisito da administração de materiais, pois a obtenção de melhores condições (juros menores, prazos maiores para entrega dos recursos, e até mesmo a utilização de instrumentos tais como as vendas consignadas) termina por influenciar positivamente no abastecimento da empresa.

Simplificando a ideia: se eu puder pagar algo daqui a três meses, posso utilizar o dinheiro que tenho agora para investir, ou mesmo comprar outro material que não seja vendido em condições tão favoráveis.

Item Certo.

102. A integração entre logística e *marketing* ocorre no nível de serviço logístico, sendo importante a observação de aspectos referentes ao atendimento ao cliente para garantir que o fluxo de bens e serviços seja gerenciado com qualidade.

Comentário: Arrancada do coração do livro do tio Ballou, de logística empresarial, quando este fala de nível de serviço logístico:

“O nível de serviço logístico é fator-chave do conjunto de valores logísticos que as empresas oferecem a seus clientes para assegurar sua fidelidade. Como o nível de serviço logístico está associado aos custos de prover esse serviço, **o planejamento da movimentação de bens e serviços deve iniciar-se com as necessidades de desempenho dos clientes no atendimento de seus pedidos.**”

Precisava ter lido o livro? Não :P.

O tio também falou sobre o enfoque dado ao cliente quando falamos de nível de serviço, especialmente no que dizia respeito ao atendimento:

- **Atendimento:** este aspecto diz respeito à capacidade que possui a empresa em atender às demandas de seus clientes. Consiste em dar ao cliente não só aquilo que ele contratou, mas a capacidade também de prestar informações rapidamente a respeito da posição ou andamento da entrega.

É para o cliente que estamos olhando, e é com base nele que devemos observar se estamos realmente gerenciando nossa rede de maneira satisfatória.

Item Certo.

103. O nível de serviço logístico pós-transação inclui a flexibilidade do sistema e as políticas relativas aos procedimentos de devoluções ou faltas.

Comentário: Para variar, também falamos no nível de serviço logístico pós-transação, de maneira breve, confesso, mas suficiente :P.

Os **elementos pós-transação**, estão relacionados a **devoluções, solicitações e reclamações que os clientes possam ter com relação ao objeto contratado**. Embora sejam todas considerações posteriores à entrega, nem preciso dizer que o ideal é que a política da empresa já tenha todos os procedimentos previstos.

Olha que interessante: de fato, a inclusão das políticas de devolução são associadas pela doutrina aos elementos pós-transação, afinal de contas, só podemos corrigir uma falha depois que ela ocorre, ou, melhor ainda, o cliente só pode querer devolver algo que já recebeu :P.

Contudo, a flexibilidade do sistema também inclui a capacidade de efetuar pequenas correções nos parâmetros do produto ou serviço, sendo que este elemento especificamente está mais próximo dos elementos de transação (e não pós-transação), afinal, estes ajustes são feitos justamente para atender a uma particularidade de determinado cliente.

Item Errado.

CESPE – 2013 – BACEN Com referência à função suprimimento, julgue os itens que se seguem.

104 Segundo o Tribunal de Contas da União, para que haja aplicação e obtenção dos princípios gerenciais da eficácia, da eficiência e da economicidade na gestão dos recursos organizacionais, é necessário que a instituição adote uma visão mais funcional e departamentalizada no processo de compras/contratação.

Comentário: Meu caro, eu juro que revirei a internet inteira, e não localizei tal manifestação em nenhum veículo oficial utilizado pelo Tribunal de Contas da União. Há menções em diversos artigos acadêmicos sobre o fato de o TCU adotar não uma visão funcional e departamentalizada (de acordo com a teoria clássica) mas sim uma visão sistêmica, que leva em consideração todo o funcionamento da instituição.

Aliás, a citação do trecho supostamente redigido pelo TCU é o seguinte:

“Para que haja aplicação e obtenção dos princípios gerenciais da eficácia, da eficiência e da economicidade na gestão dos recursos organizacionais, é necessário que a instituição adote uma visão sistêmica no processo de compras/contratação.”

Um pirulito para quem localizar a publicação originou, que, creio eu, deva ter sofrido revisão e este trecho deve ter sido suprimido.

Feitas estas considerações, ao contrário do que sugere o enunciado, a eficiência, eficácia e economicidade das compras é um objetivo melhor alcançado através de uma visão ampla de toda a instituição, ao invés de adotarmos uma abordagem focada nas necessidades de determinado departamento específico. O TCU não é o primeiro a dizer isto :P.

Por exemplo: uma boa comunicação do departamento de compras com o de produção, levará o primeiro departamento a entender exatamente o que a produção necessita, com que prazos trabalha, quanto tempo leva para consumir determinado produto, entre outras possibilidades.

Item Errado.

105 A previsão da demanda é a base para o planejamento estratégico de produção, vendas e finanças de uma empresa. A previsão em longo prazo inclui a utilização operacional do sistema produtivo, ao passo que a previsão em curto prazo compreende o planejamento do sistema produtivo como um todo.

Comentário: Tsc tsc, uma questão clássica do CESPE. Inversão de definições.

Vamos colocar desta forma: você tem de produzir bonecas de pano para uma demanda prevista para a próxima hora, e carrinhos de brinquedo para uma demanda prevista pelos próximos 35 anos.

No caso das bonecas, você não tem muita saída: você só tem uma hora, vai ter de se virar com o que o sistema já é capaz de produzir, nas condições atuais. No curto prazo, estamos amarrados à capacidade operacional já existente do sistema.

No longo prazo, por outro lado, já podemos efetuar um planejamento mais abrangente, buscando melhorar o sistema produtivo como um todo. Teremos tempo de ajustar a posição das máquinas, comprar novas máquinas, treinar funcionários, contratar novos funcionários, pesquisar sobre tipos de carrinhos de brinquedo mais desejados. Ou seja, no longo prazo, temos condições de planejar o sistema produtivo como um todo.

Item Errado.

106 **CESPE – 2013 – BACEN** Em licitação, modalidade e tipo são termos sinônimos e referem-se aos procedimentos mais utilizados para o julgamento das propostas.

Comentário: Legal quando a banca facilita, né? Não, essas expressões não são sinônimas. Vamos lembrar:

Art. 22. São modalidades de licitação:

I - concorrência;

II - tomada de preços;

III - convite;

IV - concurso;

V - leilão.

§ 1º **Concorrência** é a modalidade de licitação **entre quaisquer interessados** que, na **fase inicial de habilitação preliminar, comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação** exigidos no edital para execução de seu objeto.

§ 2º **Tomada de preços** é a modalidade de licitação entre **interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas**, observada a necessária qualificação.

§ 3º **Convite** é a modalidade de licitação entre **interessados do ramo pertinente ao seu objeto, cadastrados ou não, escolhidos e convidados em número mínimo de 3 (três) pela unidade administrativa**, a qual afixará, em local apropriado, cópia do instrumento convocatório e o **estenderá aos demais cadastrados na correspondente especialidade que manifestarem seu interesse com antecedência** de até 24 (vinte e quatro) horas da apresentação das propostas.

§ 4º **Concurso** é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados para **escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, mediante a instituição de prêmios ou remuneração aos vencedores**, conforme critérios constantes de edital publicado na imprensa oficial **com antecedência mínima de 45 (quarenta e cinco) dias**.

§ 5º **Leilão** é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados para a **venda de bens móveis inservíveis para a administração ou de produtos legalmente apreendidos ou penhorados, ou para a alienação de bens imóveis** prevista no art. 19, a quem oferecer o maior lance, igual ou superior ao valor da avaliação. ([Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994](#))

Art. 45. O julgamento das propostas será objetivo, devendo a Comissão de licitação ou o responsável pelo convite realizá-lo em conformidade com os tipos de licitação, os critérios previamente estabelecidos no ato convocatório e de acordo com os fatores exclusivamente nele referidos, de maneira a possibilitar sua aferição pelos licitantes e pelos órgãos de controle.

§ 1º **Para os efeitos deste artigo, constituem tipos de licitação**, exceto na modalidade concurso: ([Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994](#))

I - a de **menor preço** - quando o **critério de seleção da proposta mais vantajosa** para a Administração determinar que será **vencedor o licitante que apresentar a proposta de acordo com as especificações do edital ou convite e ofertar o menor preço**;

II - a de **melhor técnica**;

III - a de **técnica e preço**.

IV - a de **maior lance ou oferta** - nos casos de **alienação de bens** ou **concessão de direito real de uso**.

E não foi por falta de aviso:

Os tipos de licitação **não se referem ao procedimento a ser observado para sua realização** (essas seriam as modalidades), mas sim no **critério de que se servirá a Administração para proclamar o vencedor da licitação**.

Item Errado.

107 O sistema de registro de preços é um procedimento realizado por uma ou mais entidades públicas para futura contratação de bens e serviços por meio de licitação na modalidade de concorrência ou pregão, em que as empresas vencedoras se comprometem a fornecer bens e serviços a preços e prazos registrados em ata específica.

Comentário: Olha que legal, a redação do artigo 15, parágrafo 3º:

§ 3º O sistema de registro de preços será regulamentado por decreto, atendidas as peculiaridades regionais, observadas as seguintes condições:

I - **seleção feita mediante concorrência**;

II - **estipulação prévia do sistema de controle** e atualização dos preços registrados;

III - **validade do registro não superior a um ano**.

Quanto à concorrência, ok, esta modalidade pode ser utilizada para o registro de preços.

E o Pregão?

Lembre-se que a Lei 8666/1993 (Lei de Licitações) é anterior à Lei 10.520/2002 (que instituiu o Pregão como modalidade licitatória). Assim, a previsão do parágrafo 3º está incompleta, havendo necessidade de conjugarmos aquele texto com o do artigo 11 da Lei 10.520/2002:

Art. 11. **As compras e contratações de bens e serviços comuns**, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, **quando efetuadas pelo sistema de registro de preços** previsto no art. 15 da Lei nº 8.666, de 21 de

junho de 1993, poderão adotar a modalidade de pregão, conforme regulamento específico.

Conclusão: o procedimento do sistema de registro de preços pode ser feito através de concorrência ou pregão, desde que, neste último caso, trate-se de bens e serviços comuns (ou seja, podemos utilizar o pregão para o sistema de preços desde que os bens ou serviços que serão precificados também pudessem ser licitados através do pregão).

Item Certo.

108. **CESPE – 2013 – BACEN** O objetivo principal da área de gestão de compras é assegurar o suprimento dos bens e serviços necessários às atividades da empresa. O setor de compras planeja e coordena o processo de aquisição de materiais, além de controlar o estoque de matéria-prima. A seleção de fornecedores é a última etapa da gestão de compras, pois as outras demandas da área independem do tipo de fornecedor escolhido e possuem nível maior de prioridade.

Comentário: A banca levanta, você corta! Do jeitinho que vimos em aula, SÓ QUE NÃO :P:

De acordo com a estrutura e o porte da empresa, o processo de compras, também denominado ciclo de compras, poderá apresentar pequenas variações, no entanto, a sequência a baixo seria uma organização básica:

1. Solicitação de compras (análise das ordens de compras¹ – Ordem de Compras, recebidas);
2. Seleção de fornecedores (em decorrência de pesquisa);
3. Cotação de preços e determinação do preço certo;
4. Negociações com o fornecedor;
5. Pedido de Compra;
6. Acompanhamento de compras (*follow up*);

¹ É a comunicação enviada ao setor responsável pelas compras da necessidade de aquisição de materiais.

7. Recepção e aceitação das mercadorias (controle e recebimento do material comprado);
8. Aprovação da fatura do fornecedor para pagamento.

A seleção de fornecedores² é **etapa que antecede a cotação**, na seleção de fornecedores, são analisados o **preço**, a **qualidade**, a **capacidade produtiva do fornecedor**, o **prazo de entrega** e as **condições de pagamento** (falaremos de tudo isso na parte de cadastro de fornecedores).

Assim sendo, a seleção de fornecedores NÃO É a última etapa do processo de compras. Aliás, costuma ser uma das etapas iniciais.

Item Errado

CESPE – 2013 – BACEN Acerca da função armazenagem, julgue os itens subsecutivos.

109 A classificação é o processo de aglutinação de materiais por características semelhantes, no qual são utilizados os critérios de abrangência, flexibilidade e praticidade.

Comentário: Definição arrancada de qualquer dicionário :P, mas, para não dizer que não falei das flores, vamos transpor isto para nossa disciplina e nosso contexto (concurso público):

Primeiramente gostaria que você fizesse uma reflexão, você já se perguntou **qual o motivo de uma classificação?**

Segundo definição já utilizada em um concurso público, embora por outra banca (CESGRANRIO 2011): “A *classificação de materiais é o processo de **aglutinação** por **características semelhantes**, e determina grande parte do sucesso no gerenciamento de estoques.*” (grifos nossos).

² Normalmente a pesquisa e a seleção são feitas entre os fornecedores previamente cadastrados pela empresa, que registra também em um banco de dados as negociações passadas.

Disto que acabamos de ver, você já pode tirar uma **conclusão**: **não** há uma forma única de classificar, bem pelo contrário, **haverá infinitos modos de classificação** tendo em vista os **critérios** que forem estabelecidos.

Contudo, devemos sempre ter em mente que uma classificação, embora possa balizar-se por qualquer critério útil à empresa, deve procurar atender aos seguintes requisitos:

- **Abrangência**: Cada classificação deve buscar abarcar um número considerável de materiais em função de suas características. Em outras palavras, a classificação deve agrupar o maior número de itens em função de suas propriedades.

- **Flexibilidade**: A classificação também deve permitir o inter-relacionamento entre outras classificações, permitindo uma visão ampla do gerenciamento de estoques.

- **Praticidade**: A classificação deve ser direta e simples.

Dentre **atributos** (ou fatores) que podem ser levados em consideração na hora de **classificar um material**, podemos citar: a **demanda** (se a demanda justifica a formação de estoque de determinado material); a **perecibilidade** (probabilidade do material perecer, ou seja, perder suas características físico-químicas, tais como alimentos); a **periculosidade** (materiais que possuam características incompatíveis com outros materiais, oferecendo risco à segurança, tais como combustíveis inflamáveis); a **dificuldade de aquisição**; o **mercado fornecedor**; **como este material é estocado**; o **valor econômico**; a **importância operacional**; dentre outros.

Item Certo.

110. A curva ABC, embasada no princípio de Pareto, divide os materiais em três grupos. O grupo A compreende grande quantidade de itens de pouco valor monetário e de menor importância. O grupo B constitui-se de poucos itens com grande valor, peso e volume. O grupo C abrange os itens de importância intermediária.

Comentário: Não é o que costumamos ver em aula :P.

A classificação dos materiais utilizando a chamada curva ABC é, também, uma ferramenta administrativa, sendo uma maneira muito útil para se conhecer e controlar estoques **sem aumentar custos**. Esta classificação leva em consideração a **importância de relativa dos itens**.

Também denominada curva de Pareto, “baseia-se no princípio de que a maior parte do investimento em materiais está concentrada em um pequeno número de itens”³. Por esta classificação demonstra-se que **poucos itens**, algo em torno de 10% a 20% do total de itens, **respondem** por mais ou menos **80% do capital empregado em estoques**.

Segundo Marco Aurélio P. Dias⁴: “A curva ABC é um importante instrumento para o administrador; ela permite identificar aqueles itens que justificam atenção e tratamento adequados quanto à sua administração.”

As classes da chamada curva ABC são definidas da seguinte forma:

Classe A: Itens **mais** importantes e em **menor** número

(Quantidade em geral, **em torno de 20% dos itens**).

Classe B: Itens em **situação intermediária** (**30% dos itens**).

Classe C: Itens **menos** importantes e em **maior** número

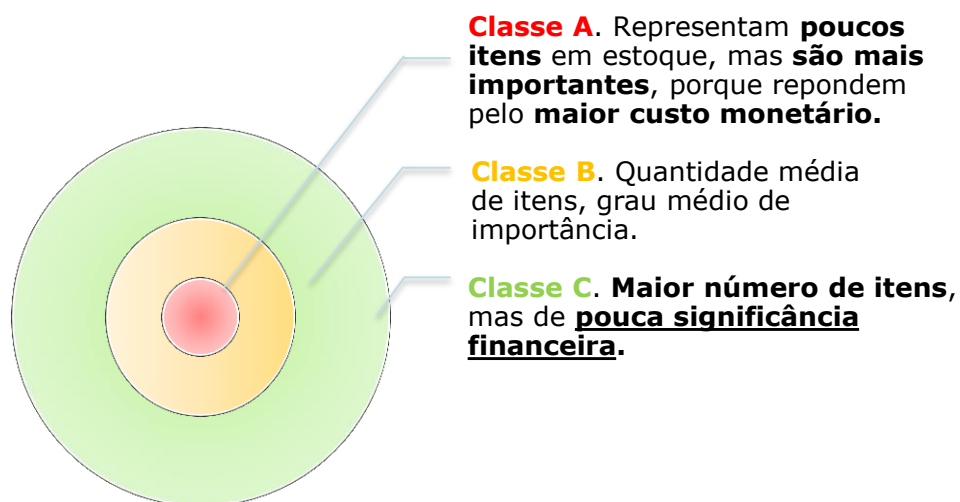
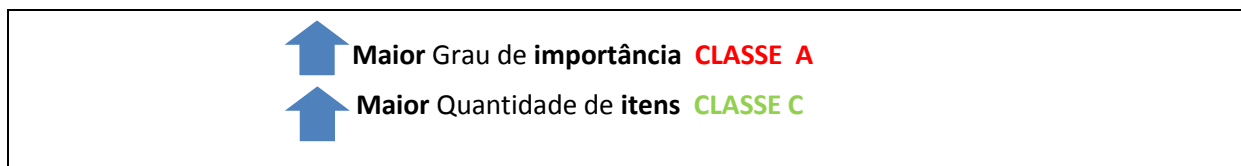
(Quantidade no geral, **em torno de 50% dos itens**).

³ Chiavenato, Idalberto. Administração de Materiais, ed. Campus, pág. 79.

⁴ Dias, Marco Aurélio P., Administração de Materiais: princípios, conceitos e gestão, ed. Atlas, 6ª ed., pág. 73.

Afirmção **CESPE (2010 AGU)**: “Na **classificação ABC** para planejamento e controle de estoque, os **itens** classificados como **C** são aqueles que correspondem à faixa de **40% a 50% do total de itens** de estoque, mas cujo **valor financeiro é de pouca importância** quando se considera o estoque total.”

Para estabelecer a importância relativa dos materiais, a curva ABC leva em consideração o seu valor e a sua quantidade, ou seja, qual o investimento feito em determinado material e qual a sua quantidade.



Item Errado.

111. A utilização de caixas ou gavetas é uma técnica de estocagem adequada para materiais de pequenas dimensões, como parafusos, arruelas e materiais de escritório.

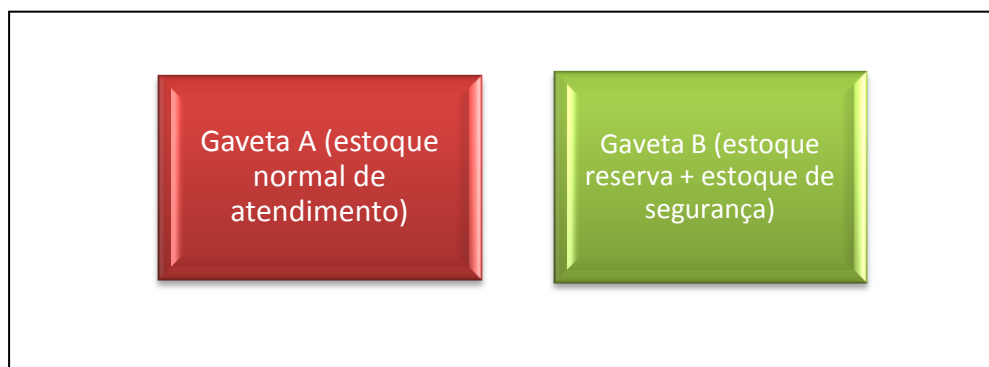
Comentário: Também foi falado em aula :P.

Sistema de duas gavetas: É o método mais simples de controle de estoques, e você já verá a razão.

Imagine duas gavetas (é dessa ideia que vem o nome do método). Na gaveta A eu guardarei uma quantidade de itens suficiente para atender o consumo do período planejado. Toda vez que o almoxarifado precisa enviar itens ao processo produtivo, ele retirará os itens requisitados desta gaveta A, até que ela fique completamente vazia.

A **gaveta B, por sua vez, é o estoque de reserva, e mais**, se você lembrar-se do gráfico dente de serra, **o estoque de segurança**.

O sistema de duas gavetas é ideal para controlar os itens da Classe C, devido a grande variedade de itens de pequeno valor que compõem esta classe, sendo encontrado principalmente no comércio varejista de pequeno porte.



112. O balanço é um inventário físico que consiste na contagem física de todos os itens de um estoque, considerado o período de referência para o inventário.

Comentário: Perfeito. O balanço de uma empresa consiste na contagem física dos itens em estoque, normalmente ao fim do exercício financeiro da empresa, com fins de apurar a sua posição patrimonial naquele instante.

Item Certo.

113. Para se calcular o custo de armazenagem de determinado material, pode-se utilizar a expressão custo de armazenagem = $Q/2 \times T \times P \times I$, em que Q = quantidade de material em estoque no tempo considerado, T = tempo considerado

de armazenagem, P = preço unitário do material e I = taxa de armazenagem, que é expressa geralmente em termos de porcentagem do custo unitário.

Comentário: Já fazia muito, mas muito tempo que esta fórmula não era solicitada em concursos públicos. Pelo visto, ela deverá retornar com tudo daqui pra frente.

Esta fórmula foi proposta por DIAS em sua obra “Administração de Materiais – uma Abordagem Logística”, 5ª edição, na página 40, e apresenta algumas restrições para sua aplicação.

Mas, reparemos no enunciado: “Para se calcular o custo de armazenagem de determinado material, **pode-se utilizar a expressão** custo de armazenagem [...]”. Esta fórmula é uma entre as várias possíveis.

Assim sendo, não nos resta opção a não ser considerar o item certo.

Item Certo.

CESPE – 2013 – BACEN No que tange à função administração patrimonial, julgue os itens seguintes.

114. De acordo com o método da depreciação linear, se um bem, cujo valor inicial era de R\$ 10.000,00, for avaliado, após 5 anos, em R\$ 2.000,00, o resultado do cálculo da depreciação sofrida por esse bem será igual a R\$ 400,00 por ano.

Comentário: Os ativos imobilizados estão sujeitos à depreciação ou exaustão, e aqui começa a parte que nos interessa a respeito da análise de valor.

A depreciação é referente à diminuição do valor de determinado bem calculado em função de sua vida útil, decorrente de sua utilização. Seria como reconhecer o desgaste natural daquele bem durante seu uso, e atribuir a este desgaste determinado valor, a ser subtraído do valor do bem.

Assim sendo, a depreciação somente é aplicável a bens corpóreos que sofram perda de valor em virtude de três causas principais:

1 – Uso

2 – Ação da Natureza

3 – Obsolescência

Pois bem, vamos falar agora do ativo que está no enunciado.

Ele tinha valor original de R\$ 10.000,00 e vida útil não informada no enunciado.

Mas, sabemos que o método de depreciação é o linear (a depreciação ocorre periodicamente, sempre pelo mesmo valor, calculado em função da vida útil e do valor do bem), e que a avaliação deste mesmo bem, depois de 5 anos, passou para R\$ 2000,00.

Então, temos:

$$\text{R\$ } 10.000,00 - 5x = \text{R\$ } 2000,00$$

$$\text{R\$ } 8.000,00 = 5x$$

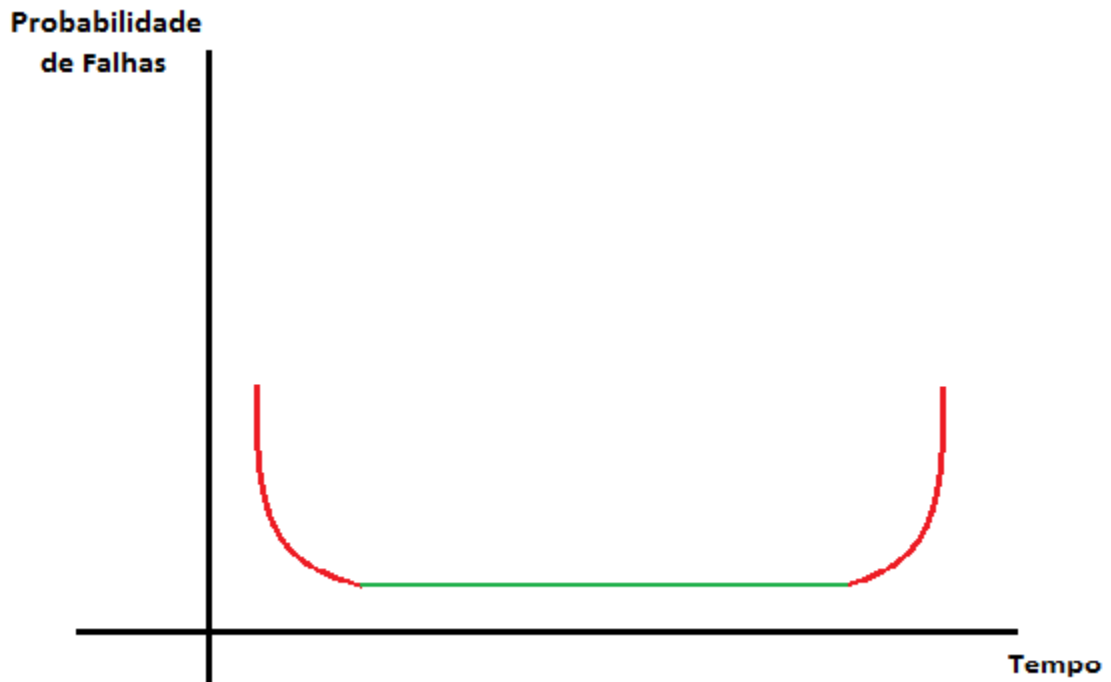
$$5x = \text{R\$ } 1600,00$$

Desta forma, ao contrário do que sugere o enunciado, o resultado da depreciação deste bem, ao ano, é de R\$ 1600,00.

Item Errado.

115. Em sistemas prediais, a manutenção preditiva é baseada na estatística de curva de tempo médio para falha (CTMF), para a programação de reparos de máquinas, equipamentos e sistemas e a estimativa da possibilidade de falha.

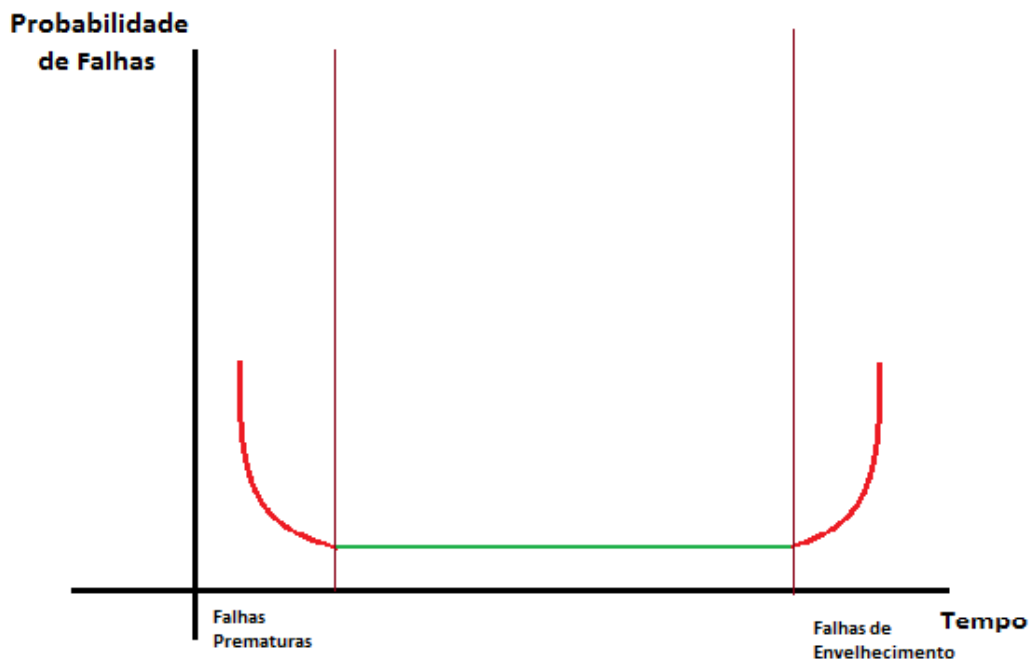
Comentário: A curva de tempo médio para falha é um modelo estatístico que origina um gráfico muito parecido com o abaixo:



Qualquer semelhança com uma banheira não é mera coincidência (aliás, é como a doutrina normalmente se refere a ele).

A premissa deste modelo é a seguinte: a probabilidade de ocorrerem falhas no início de funcionamento de algum produto, máquina, processo, ou o que quer que seja, é enorme.

À medida que o tempo passa, a probabilidade de falhas decresce a um ponto mínimo, tendendo a permanecer constante, até que o equipamento chegue em sua “fase de envelhecimento”, quando as probabilidades aumentam novamente.



Pois bem, o sistema de manutenção preventiva (sim, eu disse preventiva!!!) também se baseia neste modelo. Equipamentos novos (com menos de cinco anos, mais ou menos) possuem alta probabilidade de apresentar problemas decorrentes de falhas na sua “instalação” (em caso de prédios, creio ser mais adequado falar em “construção”).

Depois disto, a probabilidade de falhas cai para um patamar mínimo constante, voltando a subir apenas quando o equipamento começar a sofrer os efeitos do envelhecimento.

Sabendo disto, podemos concentrar nossos esforços de prevenção nos períodos em que o objeto de nossos cuidados apresente maior probabilidade de falhar.

Como enunciado associa a curva à manutenção preditiva, a assertiva encontra-se incorreta.

Item Errado.

116. Segundo o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público divulgado em 2012, os elementos do ativo imobilizado com vida útil econômica ilimitada sujeitam-se à depreciação, amortização ou exaustão sistemática.

Comentário: Nem eu, nem o querido manual disseram isso :P.

Vamos começar pelo que eu falei:

A depreciação é referente à diminuição do valor de determinado bem calculado **em função de sua vida útil**, decorrente de sua utilização.

Lembra-se do que expliquei sobre depreciação linear? Para identificarmos o valor da depreciação anual, devemos dividir o valor do bem pelo número de anos que corresponda a sua vida útil.

O bem do enunciado apresenta vida útil perpétua.

Olha que coisa bonita agora:

$$Depreciação = \frac{\text{Valor do Bem}}{\infty}$$

Logo:

$$Depreciação = 0$$

Ou seja, este bem, matematicamente falando, não se sujeita a depreciação.

Para quem não gosta muito de fórmulas, temos o conceito do Manual então. Mas como nada é de graça nessa vida, o manual não diz isto expressamente, apenas dá a entender, neste trecho aqui:

Terrenos e edifícios são ativos separáveis e são contabilizados separadamente, mesmo quando sejam adquiridos conjuntamente. Com algumas exceções, como as pedreiras e os locais usados como aterro, **os terrenos têm vida útil ilimitada** e, **portanto, não são depreciados**. **Os edifícios têm vida útil limitada** e **por isso são ativos depreciáveis**. O aumento de valor de um terreno no qual um edifício esteja construído não afeta a determinação do montante depreciável do edifício.

Tem para todos os gostos :P.

Item Errado.

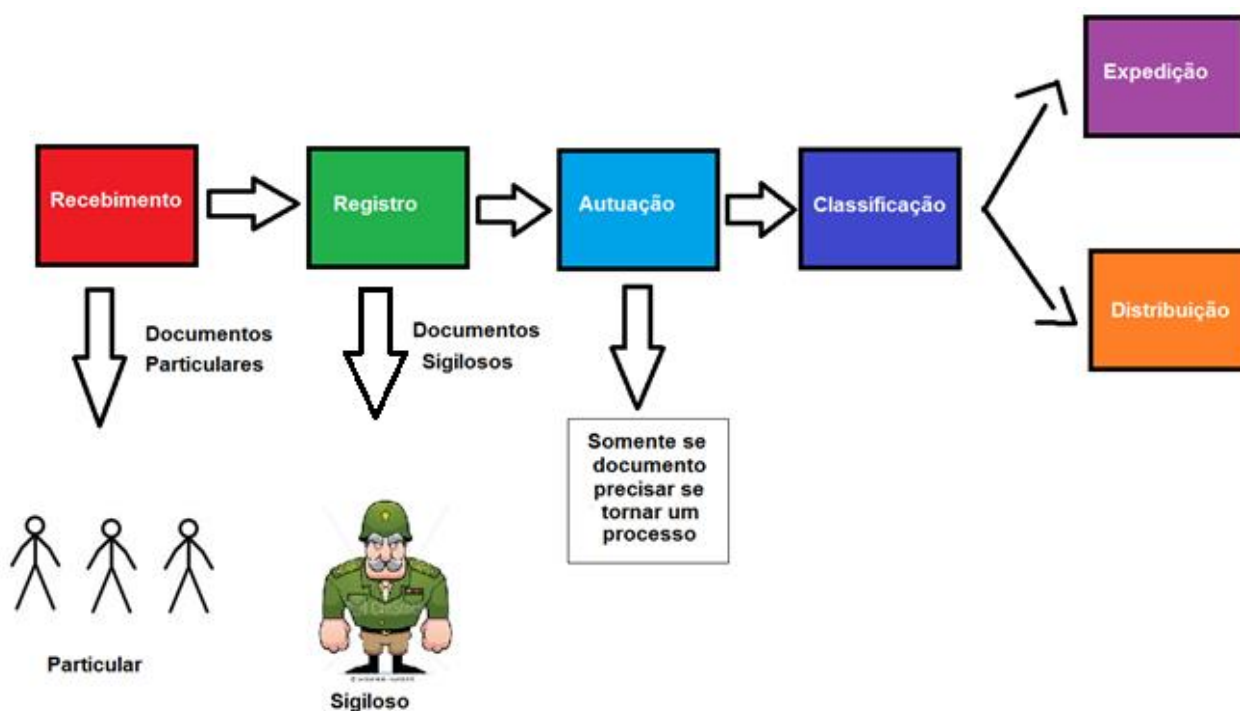
117. As poucas modificações na legislação tributária e fiscal brasileira a que se sujeitam as empresas em geral têm contribuído para um controle mais efetivo do ativo imobilizado.

Comentário:

CESPE – 2013 – BACEN A respeito da função documentação, julgue os itens subsecutivos.

118. Protocolo é o serviço encarregado de recebimento, registro, classificação, distribuição, controle da tramitação e expedição de documentos.

Comentário: Como no desenho visto em aula:



O protocolo (enquanto conjunto de operações de controle) realiza as seguintes atividades:

- **Recebimento**

- **Registro**

- Autuação
- Classificação
- Expedição/Distribuição
- Controle/Movimentação

Item Certo.

119. A tabela de temporalidade de documentos é instrumento de gestão aprovado por autoridade competente que permite gerenciar a massa documental acumulada e avaliar o prazo de guarda e a destinação final dos documentos produzidos ou recebidos por uma instituição.

Comentário: É isso mesmo :P. A definição oferecida pelo CESPE neste caso é tão completa que dispensa comentários adicionais. Mas, ainda assim, eu vou me arriscar :P.

A tabela de temporalidade é o instrumento resultante da avaliação dos documentos, e determina o prazo de guarda dos documentos nas fases correntes e intermediária, bem como sua destinação final. É o mapa do arquivista, o qual orientará o correto tratamento a ser dado a cada um dos documentos que tramita pela instituição e que chegam ao arquivo.

Item Certo

120. Um documento sigiloso deve ser de conhecimento restrito e requer medidas especiais de salvaguarda tanto para sua divulgação quanto para sua custódia.

Comentário: Do jeitinho que estava no curso (sim, adoro repetir isto porque meu ego vai lá às alturas :P).

A primeira noção que você deve ter sobre este tema é a distinção entre documentos ostensivos e sigilosos.

Os documentos ostensivos são aqueles cuja divulgação não prejudica a administração. As informações contidas nestes documentos podem ser divulgadas,

exibidas e publicadas sem que isto traga qualquer embaraço ou dificuldade à entidade (no seu caso, a Administração Pública).

Em contrapartida, os **documentos sigilosos**, em razão de sua natureza, **devem ser de conhecimento restrito**, demandando cuidados especiais no trato, custódia e divulgação de suas informações.

Item Certo.